

**38º Encontro Anual da ANPOCS
27 a 31 de outubro - 2014
Caxambu – MG**

GT20 MARXISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS

***Imperialismo: o debate clássico nos marcos de
distintos marxismos***

**Autor: Rodrigo Medina Zagni
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP**

Imperialismo: o debate clássico nos marcos de distintos marxismos

Rodrigo Medina Zagni*

Resumo: Trata-se da reconstituição do debate teórico clássico, envolvendo as teses de Hilferding, Kautsky, Rosa Luxemburgo e Lênin sobre o fenômeno do imperialismo não em sua matriz histórica formal, a de “impérios formais” cuja estratégia de gestão do Estado e da guerra pode ser caracterizada como territorialista; mas um novo tipo de imperialismo para o final do séc. XIX e início do XX, o “imperialismo econômico”, concernente às novíssimas formações dos “impérios informais” e cujas estratégias, para a gestão do Estado e da guerra, podem ser caracterizadas como “capitalistas”.

Palavras-chave: imperialismo, capitalismo, marxismo, teorias do imperialismo.

Sobre o fenômeno do imperialismo econômico, Jean-Baptiste Duroselle é enfático ao dizer que "... o investimento no estrangeiro e a conquista territorial são em geral dois fenômenos separados..."¹. Este tipo de interpretação não é novo na Teoria Política; dentre as teorias do imperialismo as leituras liberais, em oposição às correntes marxistas, comumente desassociaram o fenômeno do imperialismo da dinâmica de expansão capitalista e, com isso, ofereceram oposição à via socialista que preconizava uma nova forma de luta anticapitalista: o anti-imperialismo. Ocorre que para Duroselle, a interpretação de um imperialismo que ganharia forma nas intervenções militares cujo objetivo seria a conquista ou garantia de mercados para investimento de capital excedente, seria pura e simplesmente uma concepção desenvolvida por "... autores esquerdistas ..." que "vêem-na por toda a parte"², isso porque, para ele, "... não vemos mais exemplos de intervenções militares de potências ditas

* Docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); coordenador do grupo de pesquisa "Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea" (UNIFESP/CNPq).

¹ DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá*: Teoria das Relações Internacionais. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 412.

² Ibid.

capitalistas para virar a situação a seu favor”³. Desta forma, em dois parágrafos que não totalizam uma página da edição de 1991 de “Todo império perecerá”, supõe-se terem sido liquidados Rosa Luxemburgo, Bukharin, Lênin, David Harvey, Paul Baran, Paul Sweezy, Immanuel Wallerstein, Michael Hudson, Schlesinger entre outros autores, do debate clássico entre reformistas e marxistas à Teoria da Dependência e os estudos pós-coloniais.

Já Paolo Colliva considera que, apesar de impérios Formais não mais existirem na contemporaneidade, permanências anacrônicas de seus caracteres é que prefiguram, em essência, o fenômeno de um imperialismo de poder:

O Império foi uma instituição que conseguiu se manter somente em épocas com determinadas condições culturais e sociais; de fato, ao ultrapassar os limites do tempo, que lhe foram próprios, perdeu sua essência e finalidade. Ficou apenas como puro “imperialismo” de poder, bem enraizado em nosso tempo, apesar de não existir mais sua matriz formal.⁴

Se o termo “imperialismo” passou a ter uso a partir de meados da década de 1870, o estudo sistemático dos fenômenos a que se referia o termo é datado também do final do séc. XIX, momento em que surgem as primeiras teorias do imperialismo. Isso se deu em razão das profundas transformações que se operaram no sistema internacional, em particular após as unificações tardias de Itália e Alemanha, ambas ultimadas em 1871, período no qual as relações imperialistas se acentuaram estendendo-se até a deflagração da Grande Guerra, em 1914, a repartição da África (quase que em sua totalidade), e de grande parte da Ásia, divididas e submetidas ao domínio das grandes potências europeias.

Se o período entre 1870 e 1914 constitui uma primeira fase deste novo tipo de imperialismo, o período entre a Grande Guerra e o término da Segunda Guerra Mundial (entre 1914 e 1945) assistiu a uma segunda fase marcada pelo imperialismo agressivo adotado pela Alemanha Nazista em sua política de expansão e tentativa de estabelecimento de uma hegemonia europeia, bem

³ Ibid.

⁴ COLLIVA, Paolo; “Império”; in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1995, p. 623.

como pela expansão japonesa ensaiada na Ásia e, subalterna à Alemanha, a tentativa desastrosa de expansão italiana pelo Mediterrâneo.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a bipolarização do sistema internacional, tem-se uma terceira fase que se estende, portanto, de 1945 a 1990, com o término da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, com o fim do Pacto de Varsóvia e com o colapso do regime soviético. Durante este período, as duas superpotências, na disputa pela hegemonia mundial, exerceram tipos distintos de imperialismo em relação aos seus satélites imediatamente subordinados e em territórios por sobre os quais se expandiram, econômica e/ou militarmente. Enquanto África e a Ásia eram descolonizadas (pondo fim ao modelo colonial moderno), um novo tipo de colonialismo econômico era engendrado pelos EUA tendo como raio de ação direta a América Latina, palco de ações cuja finalidade era também a instalação e manutenção de regimes “alinhados” ideologicamente às políticas de Washington, não por acaso ditaduras militares, no contexto das políticas de contenção ao avanço do comunismo internacional e em plena Guerra Fria.

As três etapas aqui elencadas carregam uma contradição histórica elementar, sob as luzes do princípio de autodeterminação dos povos firmado pela Revolução Francesa no séc. XVIII: a dominação imperialista.

Daí a origem e desenvolvimento de uma vasta linha cultural que é representada pelas teorias concernentes ao Imperialismo, teorias que têm como objeto essencial os fenômenos imperialistas daquela época, conquanto não excluam, em muitos casos, seu cotejo com os de outras épocas e, às vezes, a tentativa de elaborar teorias mais gerais, isto é, relativas aos fenômenos imperialistas de todos os tempos.⁵

Sérgio Pistone agrupou as teorias sobre o imperialismo em quatro categorias distintas: teorias marxistas, teorias social-democráticas, teorias liberais e teorias da razão do Estado.⁶

A literatura clássica que abordou o fenômeno do imperialismo, apesar de ter havido estudos precursores de vertentes reformistas de caráter liberal, afirmou-se, segundo nos informa José William Vesentini, no interior do

⁵ PISTONE, Sergio; “Imperialismo”; in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. Op. Cit. p. 612.

⁶ Ibid.

marxismo-leninismo, elaborada no início do séc. XX e que dava conta de fenômenos datados do final do séc. XIX, a saber:

... o alto grau de concentração e centralização de capitais, dando origem aos trustes e cartéis; a fusão do capital bancário com o industrial, com o surgimento de um novo tipo de capital financeiro; a partilha e colonização da África e da Ásia pelas potências europeias; a exportação de capitais dos países centrais para a periferia do mundo capitalista, etc.⁷

Não apenas as transformações que se operaram no sistema internacional mais gravemente a partir da década de 1880; mas o momento histórico de elaboração desses marcos teórico-conceituais, entre 1910 e 1917, deve ser levado em consideração uma vez que o olhar retrospectivo que tentava compreender os processos de transformações sociais que tiveram curso no final do séc. XIX obedeceu a claros imperativos no presente: do nacionalismo aos motivos que levaram não só à Grande Guerra, mas aos conflitos armados e massacres que caracterizaram as relações neocoloniais. Dada produção teórica obedecia não somente os imperativos concretos da realidade presente; mas movidos pela missão de ultimar um projeto de socialismo internacional, era tarefa elementar compreender o desenvolvimento sistêmico do capitalismo e de sua expressão internacional, etapa superior ou ocaso: o imperialismo.

Ocorre que, se pensarmos nos fundamentos do marxismo clássico e nele procurarmos uma “teoria do imperialismo”, não a encontraremos. Nos escritos de Marx e Engels não se verifica uma preocupação com o fenômeno do imperialismo ou sequer o termo é utilizado em sua acepção moderna, dadas as condições objetivas de sua época e à natureza de sua obra, que privilegiava a forma “pura” do capitalismo e o estudo de suas determinações, preterindo sua dimensão espacial (primeira forma de caracterização do fenômeno). Marx e Engels trataram do processo de expansão do capitalismo a partir da Europa Ocidental e do colonialismo; mas não com o escopo de compreender fenômenos como o imperialismo ou o nacionalismo; mas como um processo necessário para a criação das condições que levariam à revolução social, a partir da agudização das contradições e clivagens sociais, desta forma, como

⁷ *Nova ordem, imperialismo e geopolítica global*. Campinas: Papyrus, 2003, p. 30.

um elemento positivo em termos históricos. É em função disso que Engels veio a enaltecer a aquisição, por parte dos EUA, da Califórnia, arrebatada dos mexicanos⁸; bem como Marx referindo-se ao domínio inglês sobre a Birmânia e a Índia⁹. Quanto ao nacionalismo, foi tratado como elemento nocivo à revolução social, dada a caracterização feita por ambos os autores do socialismo como um movimento internacionalista.

O que podemos identificar como elemento de conexão entre as teorias marxistas do imperialismo e os escritos de Marx e Engels são as contradições apontadas, por ambos os autores, acerca do capitalismo moderno: uma tendência geral à queda das taxas de lucro e a obtenção de mais-valia; pressupostos a partir dos quais se fundamentaram todas as teorias marxistas posteriores sobre o imperialismo.

É no marxismo da Segunda Internacional, dados os elementos concretos da realidade, que são elaborados sistemas explicativos para os fenômenos do nacionalismo e do imperialismo, a fim de se compreender tanto as convulsões sociais operadas de dentro dos impérios por parte dos povos submetidos; quanto os conflitos armados travados entre os Estados nacionais e no contexto do neocolonialismo, como via de dominação e anexação de colônias levada a cabo pelas grandes potências capitalistas.

Sobressai-se a constatação de que todas as formas de violência operadas no sistema internacional por parte dos Estados centrais encontra uma explicação sistêmica calcada nas contradições estruturais do capitalismo internacionalizado, que faz dos Estados nacionais seus principais interlocutores.

Externalizadas as contradições do capitalismo, as classes subalternas nas economias centrais usufruiriam de uma série de regalias em virtude de ali se dar, com maior vulto, a concentração de capitais provenientes de formações sociais periféricas, nestas onde as contradições endógenas do sistema seriam sentidas de forma mais grave.

Nos lembra Vesentini que as teorias marxistas do imperialismo, como elemento explicativo das dinâmicas do capitalismo mundial e como instrumento

⁸ *A gazeta renana*, 1843; in: MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978, pp. 47-48 e 103-104.

⁹ *New York Daily Tribune*, 1853; in: MARX, K.; ENGELS, F. Op. cit., pp. 47-48 e 103-104.

para a definição da via socialista, são resultado, primeiramente, de um marxismo datado de fins do séc. XIX e início do XX, fortemente impregnado portanto pelo nacionalismo e em contraste, portanto, com os referenciais clássicos do internacionalismo socialista.¹⁰ Desta vertente marxista, os principais autores, segundo Sérgio Pistone, foram Rosa Luxemburgo e Lênin; seguidos, no pós-guerra, pelos marxistas americanos Paul Baran e Paul Sweezy, cujos pressupostos deram origem às análises marxistas do colonialismo e do subdesenvolvimento, além de terem engendrado importantes explicações sobre o imperialismo soviético.¹¹

Por outro lado, os estudos sobre o imperialismo, como expressão do processo de mundialização do capitalismo, não têm origem no marxismo; mas no pensamento liberal do próprio séc. XIX que enaltecia, na análise do imperialismo, o papel do Estado, na defesa do Estado nacional e do princípio de autodeterminação dos povos frente à dominação estrangeira.

Nesses termos, libertação nacional ou luta por um princípio abstrato de autodeterminação das nações não é algo necessariamente progressista ou sequer parte do ideário básico do proletariado. Por esse motivo, ao se inserir uma teoria do imperialismo no corpo teórico do marxismo, dificilmente se consegue evitar uma ambiguidade, a coexistência conflitante de premissas antitéticas.¹²

A fim de sintetizarmos no que consistiu uma interpretação liberal do imperialismo, seus autores tendiam a considerar possível depurar o desenvolvimento do capitalismo de seus aspectos imperialistas.

Dentre seus pontos comuns aparece a dissociação entre desenvolvimento capitalista e imperialismo. Joseph Alois Schumpeter, por exemplo, considerava uma longa trajetória de existência pré-capitalista do imperialismo que remontaria desde a Antiguidade, tendo o capitalismo moderno sido, até então, incapaz de eliminá-lo. Logo, o monopólio e o protecionismo seriam elementos desagregadores provenientes dessa herança anterior e não elementos constitutivos de seu desenvolvimento sistêmico; contudo, haveria

¹⁰ VESENTINI, José William. Op. Cit., p. 38.

¹¹ PISTONE, Sergio; "Imperialismo"; in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. Op. Cit. p. 613.

¹² VESENTINI, José William. Op. Cit. p. 39.

uma natureza pacífica e racional manifesta pelo capitalismo na forma de uma tendência ao equilíbrio decorrente do livre mercado e da livre concorrência.

Todos os aspectos da vida social seriam influenciados, desta maneira, pelo cooperativismo e por posturas racionais em sociedades capitalistas desenvolvidas, superiores portanto em modos e valores às formações sociais então consideradas atrasadas (como se estivessem, literalmente, disputando uma corrida cuja linha final seria a modernidade e cuja força propulsora seria o progresso técnico, este que levaria, inexoravelmente, ao progresso humano, confundindo-se gravemente dois elementos distintos: técnica e humanidade).

A guerra, bem como qualquer forma de expansão violenta, seriam índices de sociedades agressivo-irracionais, manifestas no espectro político e internacional; enquanto a obra capitalista deveria levar ao pacifismo e à racionalidade, fomentando sistemas de governo democráticos, como se houvesse uma relação indissociável entre capitalismo e democracia, argumento que não se sustenta em termos históricos.

Tem-se, com isso, a ideia de um capitalismo civilizatório, completamente desconforme à experiência histórica do imperialismo e com nulo poder explicativo sobre a realidade, dadas as suas graves fragilidades.

Há que se considerar ainda os teóricos da “Razão do Estado”, corrente representada pelos doutrinadores alemães do “Estado-potência” (Hermann Schumacher, Max Weber, Otto Hintze e Paul Rohrbach) e pelos teóricos do “federalismo” (Altiero Spinelli, Ernesto Rossi, Lionel Robins, Lord Lothian, Ludwig Dehio, Luigi Einaudi e Mario Albertini).

Em essência, a interpretação do imperialismo baseada na teoria da “Razão de Estado” parte do pressuposto que enquanto no plano interno ao Estado a autoridade política fundamente-se no princípio da soberania, no plano externo prevalece a condição de anarquia internacional. Esta condição impõe aos Estados, independente de sua condição econômico-social, tipo de Estado ou sistema de Governo, a “lei da força”. Manifestando-se a força, por sua vez, no montante de recursos humanos e materiais, configuração geopolítica e situação econômica, há uma desigual distribuição de poder entre os elementos do sistema, o que permite aos mais poderosos explorar os mais fracos. A condição perene de concorrência entre os mais fortes impõe ainda a necessidade constante de incremento de sua condição de poder, a fim de

evitar que outros Estados obtenham sobre si vantagens de toda sorte ou mesmo que venham a representar ameaças a sua condição de existência; essa necessidade levaria invariavelmente às práticas de conquista territorial.

Logo, sendo o imperialismo resultado direto da condição anárquica do sistema internacional, para evita-lo seria preciso, portanto, o assentamento de uma autoridade internacional; segundo a corrente federalista, a saída seria a promulgação de uma Constituição federal mundial que “substitua a política de potência pela defesa jurídica da independência das nações”.¹³

Se o problema da vertente liberal seria sua esperança no capitalismo; a teoria da “Razão do Estado”, sumamente legalista, teria seu “calcanhar de Aquiles” revelado na esperança de que as leis dariam conta de regular o convívio no sistema internacional. O problema é que o fenômeno jurídico não se constitui apenas a partir de um repertório normativo; é preciso que as normas jurídicas estejam revestidas de um caráter coercitivo e que haja uma autoridade legitimamente constituída incumbida do concurso da força, sobre a qual teria o monopólio. Que autoridade se assentaria com essas atribuições: uma federação de Estados ou um *imperium*?

Da relação entre imperialismo e anarquia internacional haveria uma saída nos moldes do federalismo ou do superestado kantiano e outra na forma do império hobbesiano.

Hilferding e o capital financeiro

Rudolf Hilferding é considerado o pioneiro das análises marxistas do imperialismo, agregando à análise das relações entre classes sociais antagônicas o estudo das dinâmicas do capital financeiro, adequando categorias marxistas elaboradas no séc. XIX, portanto, à realidade conjuntural da década de 1910.

Para Hilferding

O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade do

¹³ PISTONE, Sergio; “Imperialismo”; in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. Op. Cit. p. 617.

investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior (...) Com a formação dos cartéis e trustes, o capital financeiro alcança seu mais alto grau de poder, enquanto o capital comercial sofre sua mais profunda degradação. Completou-se um ciclo do capitalismo. No início do desenvolvimento capitalista, o capital monetário, como capital de usura e comercial, desempenha um papel importante tanto para a acumulação de capital como também na transformação da produção artesanal em capitalista. Mas aí tem início a resistência dos capitalistas 'produtivos'; isto é, dos capitalistas que obtêm lucro, portanto dos industriais e comerciantes, contra os capitalistas do juro. O capital usurário fica subordinado ao capital industrial (...) O poder dos bancos cresce, eles se tornam fundadores e, finalmente, os soberanos da indústria, cujo lucro usurpam como capital financeiro (...) É evidente que com crescente concentração de propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder às indústrias, são cada vez mais os mesmos grupos.¹⁴

Desta forma, não apenas apresenta um conceito de capital financeiro; mas explica a formação de monopólios econômicos que o usurpam, bem como ao capital industrial. Tem início com a monopolização da indústria, desenvolve-se com o crescente investimento bancário nas atividades industriais (em benefício desses monopólios), a formação de cartéis e trustes consolida o capital financeiro às expensas do capital comercial, da oposição entre capitalistas comerciais e industriais aos capitalistas usurários (que se valem do lucro obtido pelo capital financeiro) resulta a subordinação do capital usurário ao capital industrial até que essa relação se inverta, ou seja, até que os bancos se tornem núcleos de poder econômico parasitando o lucro do capital industrial, incorporando-o como capital financeiro. O que ocorre é que um novo tipo de classe dominante se agiganta: os proprietários do capital fictício proveniente tanto do sistema bancário quanto da produção industrial; ou o que hoje chamamos de especuladores.

O imperialismo seria resultado, neste quadro, da articulação entre crescimento e monopolização do capitalismo na forma do capital financeiro; ou, como o autor mais especificamente o definiu, a política de expansão do capital financeiro responsável por ter conformado uma nova cosmovisão burguesa, centrada neste novo momento na força e no poder do Estado, suplantando com isso os ideais liberais do séc. XVIII.¹⁵

Portanto, o travejamento do imperialismo como política (e ideologia) de expansão territorial e domínio sobre povos-nações, repousa no fortalecimento (e "captura",

¹⁴ HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, pp. 217-220; cit. por VESENTINI, José William. Op. cit. pp. 40 e 41.

¹⁵ Ibid. p. 41.

pelo capital financeiro) do Estado e na sua consequente ação político-militar-econômica de criar condições e garantias para a dominação e os lucros das grandes empresas no exterior, notadamente nas regiões ou países subjugados pelo expansionismo agressivo da política imperialista. O crescimento da geração de mais-valia é o alicerce fundamental nessa explicação, estando intimamente ligado à exportação de capitais e à ampliação do espaço econômico das potências capitalistas.¹⁶

Empreendendo a abordagem que mais se aproxima dos postulados estabelecidos por Marx na obra “O Capital”, Hilferding esclarece que

[Nos países menos desenvolvidos] o lucro do empresário é maior porque a força de trabalho é extraordinariamente barata, e sua menor qualidade é compensada por uma jornada de trabalho exorbitantemente longa (...) Se a exportação de capital nas suas formas desenvolvidas é realizada pelas esferas capitalistas cuja concentração é mais avançada, a exportação acelera retroativamente o poder e a acumulação dessas esferas. Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior espaço econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o espaço econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais.¹⁷

Nesses termos, em Hilferding se estabelece o entendimento de que com a expansão mundial do capital financeiro as exportações de capital e de valor, ao gerarem mais-valia no exterior e funcionarem como meio para a compensação das taxas de lucro nacionais, fazem com que essa taxa dependa diretamente do grau de desenvolvimento capitalista nessas economias. Assim sendo, quão mais avançado o desenvolvimento capitalista, menor será a taxa geral de lucro, isso porque esta passa a ser determinada pelo grau de hiperexploração da mão-de-obra que, na periferia do sistema capitalista, é muito mais barata e, ainda que pouco especializada, dada a desregulamentação de direitos trabalhistas, se torna lucrativa em função da manutenção de extensas jornadas de trabalho. A saída, para as economias mais desenvolvidas, é o exercício do domínio sobre economias menos desenvolvidas. O resultado lógico é antagônico, ou seja, as economias que mais exportam capitais tendem a obter maior taxa de lucro por sobre economias capitalistas menos desenvolvidas, convertendo esse “espaço econômico” em “área de exploração” sob os

¹⁶ VESENTINI, José William. Op. cit. p. 41.

¹⁷ HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, pp. 296-306; cit. por VESENTINI, José William. Op. cit. p. 42.

auspícios dos monopólios nacionais provenientes das realidades econômicas mais desenvolvidas.¹⁸

Com isso, nos países capitalistas desenvolvidos produzir-se-ia o seguinte antagonismo: permanecendo o domínio da produção nas mãos de uma oligarquia (parasitária do capital financeiro), a luta de classes, como resposta ao imperialismo, tomaria a forma da luta do proletariado pela desapropriação desse domínio, o que levaria à implementação do socialismo, sobrepondo-se às teses do livre-comércio.¹⁹

O centrismo de Kautsky e o conceito de ultra-imperialismo

Dentre os teóricos da social-democracia histórica, destacamos o papel de Karl Kautsky, autor que se voltou contra as teses postuladas pelas tendências marxistas revolucionárias que sustentavam a inevitabilidade das guerras imperialistas no modo de produção capitalista; cabendo ressaltar que, segundo nos recorda Max Beer, de 1873 a 1914 a vertente social-democrata esteve na vanguarda do movimento operário europeu e que Kautsky foi, durante quase todo este período, o principal teórico dessa corrente.²⁰

Segundo Sérgio Pistone, o ponto de vista de Kautsky era o de que o imperialismo não seria uma fase necessária ou superior do desenvolvimento capitalista, mas uma de suas políticas; com isso, as políticas imperialistas poderiam ser substituídas por outras políticas. Especificamente, Kautsky defendia sua substituição pela política do ultra-imperialismo.²¹

Tratar-se-ia da contratualização de práticas de colaboração mútua entre as potências capitalistas no mercado mundial, o que seria coerente, para Kautsky, em razão do quão custoso resultava, em termos econômicos, o belicismo imperialista. O mesmo ímpeto deveria pautar as ações de inclusão de novos países no mercado mundial, bem como à disputa pela repartição de

¹⁸ Ibid.

¹⁹ HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, pp. 342-344; cit. por VESENTINI, José William. Op. cit. p. 43.

²⁰ BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, p. 534.

²¹ PISTONE, Sergio; "Imperialismo"; in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. Op. Cit. p. 615.

países considerados atrasados, fornecedores de matérias-primas, cuja exploração não cessaria por tratar-se de um elemento estrutural do sistema capitalista, a questão em tela seria a do modelo de desenvolvimento econômico que ali seria aplicado, portanto uma questão de ordem política. O remédio para a exploração capitalista de regiões pobres do planeta seria a implementação de reformas de caráter socialista, com o intuito de submeter o desenvolvimento econômico ao poder político e, com isso, garantir o interesse coletivo.

... O ultra-imperialismo eliminaria os conflitos desastrosos entre as potências capitalistas e, conseqüentemente, a corrida armamentista e as guerras, tanto as que visassem à repartição das colônias como as orientações à expansão territorial na própria Europa.²²

Fica claro que para Kautsky as tendências pacíficas do capitalismo resultariam mais práticas se comparadas ao militarismo, expressão da tendência imperialista; bem como suas convicções na possibilidade de edificação de vínculos federativos entre Estados com base na cooperação mútua.

Kautsky, contudo, não pôde dar conta de um questionamento elementar: por que prevalecem então tendências imperialistas, desde a aurora das sociedades capitalistas?

A nova esquerda e o pensamento de Rosa Luxemburgo

Em 1912, com a publicação da obra “A acumulação do Capital”, o debate teórico-conceitual sobre o imperialismo ganhou uma de suas mais importantes contribuições com a apresentação da análise de Rosa Luxemburgo sobre a reprodução ampliada do capital, baseada em essência na teoria do subconsumo.

Em suas origens, a teoria do subconsumo tem como fundadores Thomas Malthus, Jean Charles Léonard de Sismond, Johann Karl Rodbertus e John Atkinson Hobson e, conforme a releitura de Rosa Luxemburgo, segue a seguinte concatenação: as leis objetivas da acumulação capitalista fazem com

²² Ibid.

que a classe trabalhadora amargue uma condição de baixo poder aquisitivo e um nível miserável de subsistência; ocorre que a classe trabalhadora assalariada, nas sociedades industrializadas, é parte significativa do mercado consumidor e com sua pauperização torna-se necessário uma “terceira pessoa”, o que Rosa Luxemburgo chamou de “consumidor extrínseco” ao sistema capitalista, para dar vazão à produção.

Internacionalizadas as contradições do capitalismo, a mesma lógica serve para explicar a necessidade de existência de um mundo não-capitalista ao lado do mundo capitalista para que o sistema não entrave. Numa mesma realidade, esse consumidor extrínseco é representado pela economia agrária e/ou pastoril, historicamente marginal no desenvolvimento capitalista, até que esta realidade se transforme econômica e socialmente numa formação de tipo capitalista, compondo a condição de mercado interno em iguais condições que a realidade urbana e industrializada. Quando isso ocorre, o imperativo passa a ser outro: o de buscar mercados externos periféricos para absorção da produção; portanto de realidades não-capitalistas no sistema internacional: é o caso das colônias.

O problema maior seria o de as áreas coloniais serem limitadas, o que levaria inevitavelmente as metrópoles a disputarem-nas pela via do conflito, o ocaso do próprio sistema capitalista uma vez que os mercados externos tornar-se-iam inevitavelmente insuficientes.

O imperialismo seria, com isso, o resultado político de imperativos econômicos: a necessidade de expansão das relações capitalistas para realidades não-capitalistas, havendo portanto uma necessidade recorrente do desenvolvimento capitalista de existência de áreas colonizáveis ou recolonizáveis pelo próprio capital, o que seria levado a termo por políticas de cunho imperialista; com isso, fenômenos como o militarismo (que levariam o mundo à Grande Guerra em apenas dois anos de Rosa Luxemburgo ter escrito sua célebre obra: “A acumulação do capital”) é associado ao próprio processo de acumulação de capital. Sobre esses imperativos, nos esclarece Visentini

... A autora argumenta que a acumulação de capital, ou seja, a reprodução ampliada, não pode ocorrer indefinidamente num meio tipicamente capitalista (capitalismo “puro”), pois aí ela seria pouco a pouco inviabilizada pela tendência à subdemanda e à diminuição das taxas de lucro; a solução seria a expansão, o domínio ou expansão para áreas e relações não-capitalistas, incorporando-as no

processo de acumulação. O imperialismo, a seu modo de ver, nada mais é que a expressão política desse imperativo econômico.²³

Para Rosa Luxemburgo, portanto,

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para o seu excesso de produção e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparando com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas (...) o campo revela-se pequeno para sua expansão. Assim, o imperialismo aumenta a sua agressividade contra o mundo não-capitalista, aguçando as contradições entre os países capitalistas em luta. Porém, quanto mais enérgica e violentamente procure o capitalismo a fusão total das civilizações capitalistas, tanto mais rapidamente irá minando o terreno da acumulação do capital. O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente por um fim à sua existência (...) Quanto mais violentamente o militarismo extermine, tanto no exterior como no interior, as camadas não-capitalistas, e quanto piores as condições de vida dos trabalhadores, [ele] tornará possível a continuação da acumulação e necessária a rebelião da classe operária internacional contra a dominação imperialista.²⁴ [o grifo é nosso]

O capitalismo internacionalizado, para otimização das taxas de lucro com exportações e para o incremento da demanda no mercado internacional, desvelaria para a autora uma força motriz que projetaria as economias capitalistas desenvolvidas (de capitalismo puro) em direção a novos mercados. Dada a corrida concorrencial estabelecida durante o séc. XIX, a direção apontada foram as economias não-capitalistas; e os Estados que teriam levado a termo sua dominação o fizeram valendo-se de práticas, portanto, imperialistas.

Lênin e o imperialismo como fase superior do capitalismo: um balanço conclusivo do debate clássico?

Não apenas dentre as correntes marxistas, a teoria leninista sobre o imperialismo foi aquela que teve maior influência sobre o pensamento político, a partir de 1917 quando da publicação do texto clássico “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, escrito um ano antes. Trata-se da interpretação mais

²³ VESENTINI, José William. Op. cit. p. 44.

²⁴ LUXEMBURGO, Rosa. Op. Cit., p. 287.

aceita, ainda que mais ortodoxa se comparada à teoria do subconsumo de Rosas Luxemburgo, e que vigorou durante toda a Terceira Internacional (de 1918 a 1947) definindo a leitura marxista-leninista do séc. XX como um período transitório para o socialismo, transição esta que se operaria na forma da luta dos povos explorados contra as potências imperialistas; portanto, nos quadros da internacionalização das contradições de classe do capitalismo.

Alguns de seus pressupostos, contudo, já estavam presentes em outros autores como Hilferding, Rosa Luxemburgo e mesmo Kautsky, que apresentaram o imperialismo como expressão do capitalismo em sua dimensão internacional. Nos esclarece Vesentini que nos três autores citados o termo “imperialismo” é utilizado como correspondente do capitalismo mundializado, referindo sua dimensão espacial ou, ainda, na forma de uma política de expansão do capitalismo monopolista; enquanto em Lênin ganha forma, propriamente, uma “teoria do imperialismo”.

Influenciado fortissimamente pelos escritos de Hilferding e de Hobson, a distinção central, que marca uma teoria leninista do imperialismo, se dá quanto a ênfase do imperialismo como uma etapa finalista e endógena do processo de desenvolvimento capitalista, etapa esta que assumiria uma forma de capitalismo monopolista; enquanto em Hilferding a questão central seria a da “determinação do capital financeiro”, em Rosa Luxemburgo a via política da “busca das condições da reprodução ampliada do capital” e em Kautsky “uma interpretação do capitalismo e sua expansão”, podendo ser o imperialismo evitado nos quadros do próprio desenvolvimento capitalista. Ou seja, com Lênin “surge de fato uma teoria do imperialismo”.²⁵

Essa teoria é forjada no contexto histórico-social no qual se insere a Segunda Internacional Comunista (de 1889 a 1914) e o denso debate acerca do nacionalismo, a Grande Guerra (de 1914 a 1919) e a luta do povo russo, da organização do partido bolchevique que ultimaria a revolução de outubro e da concepção leninista de “elo mais fraco”, ou seja, que a revolução socialista, dado o processo de internacionalização do capitalismo, da divisão internacional do trabalho e da externalização das contradições sociais provenientes das relações de produção, não poderia ocorrer nos países capitalistas

²⁵ VESENTINI, José William. Op. cit. p. 31.

desenvolvidos onde as contradições não alcançariam seu grau máximo de expressão, senão seriam amenizadas às expensas das economias exploradas pelo imperialismo; mas fundamentalmente nos países capitalistas menos desenvolvidos. Isso porque com a divisão internacional do trabalho e a organização da produção industrial internacional, teriam sido externalizadas as contradições de classe; não que as contradições internas tenham deixado de existir, mas nos países centrais do sistema capitalista elas teriam sido amenizadas, dado o vulto da concentração, naquela realidade, de capitais, enquanto nas sociedades periféricas essas contradições se apresentariam com maior gravidade. No elo mais fraco da corrente, portanto, ascenderia a revolução social na forma da luta anti-imperialista.

Na existência ainda dos últimos impérios (que se esfacelariam com a Grande Guerra), o imperialismo seria associado à rapina promovida pela dominação estrangeira; enquanto a luta anti-imperialista ao desejo de autodeterminação dos povos dominados, ou seja, ao sentimento nacionalista. Essas associações marcaram o debate travado no contexto da Segunda Internacional frente aos conflitos étnicos e nacionalistas que redefiniriam as estratégias socialistas para uma revolução mundial, confundindo-se o desejo de autodeterminação nacional com o conceito de revolução socialista e sua dimensão internacionalista; confundindo-se, com isso, o conceito de “classe” com o de “nação”.

Lênin é responsável, neste momento, por um novo e expressivo vigor dado ao marxismo; isso porque até então aquele que era considerado o continuador dos trabalhos de Marx e Engels, Karl Kautsky, enveredara para uma tendência social-democrata pela qual passara a ser duramente criticado, dadas as suas defesas de que seria possível a melhora das condições de existência da classe trabalhadora dentro do próprio modo de produção capitalista, desde que se adequasse a superestrutura política à forma de uma democracia parlamentar. Desta forma, o debate no qual se inserem as teses de Lênin sobre o imperialismo se impõe sobretudo sobre questões internas à Internacional, apresentando questionamentos que comprometiam diretamente as teses defendidas pela vertente social-democrata, de caráter reformista, liderada por Kautsky, e edificando uma teoria explicativa que permitia à corrente bolchevique compreender o desenvolvimento sistêmico do capitalismo

internacional, desembocando nas graves crises político-sociais que caracterizaram o final da década de 1910.

Lênin já o fizera antes da publicação de “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, quando em 1915, ao prefaciar a obra de Nikolai Bukharin, “A economia mundial e o imperialismo”, atacou o conceito de super-imperialismo cunhado por Kautsky e que defendia a possibilidade de se evitarem as guerras imperialistas dentro do próprio modo de produção capitalista, a partir da regulamentação pacífica das relações internacionais envolvendo tanto os Estados capitalistas desenvolvidos quanto os oligopólios econômicos. Para Lênin, não apenas as teses de Kautsky não poderiam ser consideradas marxistas; quanto seu princípio lógico estaria comprometido: o imperialismo não consistiria em uma anomalia do desenvolvimento capitalista; mas uma etapa final desse processo e na qual o capitalismo se converteria em imperialismo.

O imperialismo surgiu como o desenvolvimento e a continuação direta das características fundamentais do capitalismo. Porém o capitalismo se converteu em imperialismo somente ao alcançar um grau muito alto e definido de seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a converter-se em seus contrários, quando tomaram corpo e se manifestaram com todos os traços de época de transição do capitalismo a um sistema econômico e social mais elevado.²⁶

Este estágio superior, ou finalista (dada a iminência da revolução socialista), Lênin denominou como sendo a etapa monopolista do capitalismo na qual o capital financeiro, constituído pelo capital bancário, já monopolizado por pequenos grupos, associado ao capital industrial também controlado por associações monopolistas, como força motriz passaria a determinar a repartição do mundo entre as principais economias capitalistas. Logo, o imperialismo seria constituído, em essência: pelo monopolismo característico desta etapa superior do desenvolvimento capitalista; pela fusão entre capital bancário e capital industrial, que dariam forma ao capital financeiro; pela convergência de capitais que seriam exportados para as economias centrais; pela repartição do mundo entre associações capitalistas internacionais; e,

²⁶ LÊNIN. *El imperialismo, etapa superior del capitalismo*. Buenos Aires: Anteo, 1971, pp. 108 e 109, cit. por VESENTINI, José William. Op. cit. p. 48.

derradeiramente, pela repartição do mundo por parte dos países capitalistas desenvolvidos.

Tratar-se-ia de uma etapa final em razão de esse processo culminar, inevitavelmente, na sublevação dos povos oprimidos e, com isso, na própria decomposição do capitalismo.

Não se trata de uma confusão entre os conceitos de “classe” e de “nação”; a obra de Lênin consiste em um esforço sistemático para compreender a realidade e, frente a ela, atualizar as categorias do marxismo clássico, no que consiste seu maior mérito uma vez que o eixo da revolução passa a ser deslocado dos países capitalistas centrais para as economias periféricas, bem como seu sujeito passa a ser não mais a classe; mas a nação.

A hipótese fundamental sustentada pela teoria leninista sobre o imperialismo, ao contrário do que defendia Rosa Luxemburgo, não seria o empobrecimento do proletariado e, com isso, a necessidade de um consumidor extrínseco; mas na tendência, já identificada por Marx, à queda das taxas de lucro.

Segundo a teoria marxista clássica, essa tendência geral para a queda das taxas de lucro seria resultado da crescente concorrência entre capitalistas numa mesma economia, impelidos pelas leis do mercado a vultosos investimentos em cada vez mais sofisticadas maquinarias a fim de tentarem vantagens concorrenciais sobre os demais. Como essas estratégias são comuns, logo essa maquinaria torna-se-ia obsoleta, sendo necessária constante renovação de suas tecnologias e investimentos cada vez mais vultosos, no que resultaria a diminuição do lucro dos capitalistas, ao passo do aumento dos níveis de salário em decorrência do ímpeto de se monopolizar também os trabalhadores.

A longo prazo, tem-se a gradativa substituição do capital variável, ou seja, a força de trabalho, pelo capital constante, as máquinas. Para Marx, o resultado seria a própria restrição da fonte a partir da qual se obtém a mais-valia: o trabalho vivo.

Com a tendência geral à mecanização da produção, imposta pela própria corrida concorrencial, não apenas restringir-se-ia a fonte de obtenção da mais valia como se acentuaria o processo de monopolização da produção, uma vez que poucos seriam os capitalistas capazes de acompanhar o

compasso imposto pelas dinâmicas de desenvolvimento tecnológico, tomado como índice de vantagem concorrencial. O desenvolvimento capitalista, numa etapa mais avançada, mudaria a forma de mercado concorrencial para um mercado monopólico no qual milhares de trabalhadores e gigantescos parques de produção seriam controlados por pequenos grupos de capitalistas, quando não um só. Não apenas a produção, mas o acúmulo de poder econômico levaria esses monopólios a controlar o poder do Estado por meio de seu governo, determinando os rumos da própria política nacional de acordo com seus interesses.

A tendência de os lucros obtidos no mercado interno desaparecerem faz com que os monopólios financeiros alocados nos Estados capitalistas desenvolvidos se lancem para a exploração do mercado mundial, entrando em conflito com outros grupos que buscam o mesmo objetivo. Nesta etapa do desenvolvimento capitalista, dada a organização da produção em nível mundial, a esfera de atuação política dos monopólios econômicos não pode limitar-se às fronteiras nacionais. Tenta-se, a partir daí, o controle de matérias-primas e do mercado mundial pelo capital financeiro, produto da fusão entre capital industrial e capital bancário, concentrando imenso vulto de capitais e exercendo enorme pressão sobre Estados nacionais.

Como pequenos grupos disputam por vezes os mesmos recursos, o mundo passa a ser dividido entre diferentes esferas de influência entre distintos monopólios que, invariavelmente, entram em conflito. No mais das vezes, o conflito não é protagonizado diretamente pelos monopólios, mas pelos Estados sobre os quais exercem determinante influência.

Uma vez concluída a divisão do mundo em diferentes áreas de influência, a guerra torna-se inevitável, dada a disputa que passa a mover os monopólios/governos por matérias-primas e mercados, nesta nova fase escassos ou já sob posse de um ou outro monopólio.

Mais ligada à realidade histórica, esta concatenação permitiu à Lênin compreender algo que, em Rosa Luxemburgo, seguia sem explicação, ou seja, como os interesses capitalistas não estão voltados apenas às áreas subdesenvolvidas (ou não-capitalistas), o imperialismo se move também em direção às áreas complexamente desenvolvidas.

Referências bibliográficas:

- BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gian Franco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1995.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HILFERDING, Rudolf. *Finance capital: a study in the latest phase in capitalist development*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York: James Pott, 1902.
- KAUTSKY, Karl; "Ultra-imperialism"; *Die Neue Zeit*, September, 1914.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978.
- VESENTINI, José William. *Nova ordem, imperialismo e geopolítica global*. Campinas: Papirus, 2003.